

**DECRETO Nº 7.271 DE 01 DE ABRIL DE 1998**

(Publicado no Diário Oficial de 02/04/1998)

**Altera dispositivos dos Regulamentos do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE, aprovado pelo Decreto nº 1.920, de 01 de março de 1993 e do Fundo de Defesa da Economia Baiana – FUNDECON, aprovado pelo Decreto nº 4.498, de 08 de agosto de 1995, e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições,

**DECRETA**

**Art. 1º** Passam a vigorar com a redação abaixo:

**I** - os seguintes dispositivos do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE, aprovado pelo Decreto nº 1.920, de 01 de março de 1993:

*“Art.6º .....*

*§ 1º O financiamento de que trata este artigo não poderá ultrapassar o valor equivalente a até 90% (noventa por cento) do investimento total a realizar, por empresa/ano, observado o disposto nos parágrafos seguintes.*

*§ 2º No caso de implantação de indústria de veículos automotores, bicicletas e triciclos, inclusive seus componentes, partes, peças, conjuntos e subconjuntos - acabados e semi-acabados - pneumáticos e acessórios, informática, telecomunicações, química e transformação petroquímica ou projeto agropecuário, conforme disposto em regulamento, o financiamento obedecerá as seguintes condições:*

*I - prazo global de financiamento até 15 (quinze) anos;*

*II - carência de até 5 (cinco) anos;*

*III - pagamento do valor financiado em até 120 (cento e vinte) meses;*

*IV - incidência de taxa de juros de até 6% (seis por cento) ao ano, sem atualização monetária;*

*V - capitalização dos juros no período da carência.*

*§ 3º O limite previsto no § 1º não se aplica aos financiamentos concedidos a empresas dos segmentos industriais:*

*I - inscritas sob o códigos de atividade econômica 11.61-11 fabricação de ferragens, cadeados, fechaduras, dobradiças, ferrolhos, guarnições e congêneres;*

*II - indicados no parágrafo antecedente.*

*Art.7º .....*

*§ 1º Os empréstimos concedidos serão atualizados pelo critério legal adotado para atualização dos recursos originários do Fundo PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, excetuado o disposto no parágrafo seguinte.*

*§ 2º Os empréstimos concedidos a empresas de que cuida o inciso I, do § 3º do artigo antecedente obedecerão ao seguinte:*

*I - prazo global de financiamento até 10 (dez) anos;*

*II - prazo de carência 3 (três) anos;*

*III - incidência de taxa de juros de 3% (três por cento) ao ano, sem atualização monetária;*

*IV - pagamento do valor financiado em até 84 (oitenta e quatro meses);*

*V - capitalização dos juros no período da carência.”*

**II** - os seguintes dispositivos do Regulamento do Fundo de Defesa da Economia Baiana – FUNDECON, aprovado pelo Decreto nº 4.498, de 08 de agosto de 1995:

*“Art.1º .....*

*IV - garantir as condições previstas no inciso seguinte aos financiamentos destinados a:*

*a) implantação, neste Estado, de unidades industriais de veículos automotores, bicicletas e triciclos, inclusive seus componentes, partes, peças, conjuntos e subconjuntos - acabados e semi-acabados - pneumáticos e acessórios;*

*b) projetos do setor agropecuário de relevante interesse para a economia baiana, de acordo com programas específicos instituídos para fomentar e estimular as atividades de industriais e produtores agropecuários e piscicultores, individualmente ou em grupo informal, suas cooperativas e associações;*

*V - os financiamentos concedidos na forma do inciso anterior*

*obedecerão às seguintes condições:*

*a) prazo de carência de até 5 (cinco) anos;*

*b) incidência de taxa de juros de até 6% (seis por cento) ao ano, sem atualização monetária;*

*c) prazo de até 10 (dez) anos para pagamento de cada parcela financiada.*

*Parágrafo único. As condições de financiamento, previstas nas alíneas do inciso IV deste artigo, serão fixadas, caso a caso, em resolução do Conselho Deliberativo do FUNDECON considerando a relevância do projeto para a economia baiana.*

*Art. 3º .....*

*III - para atendimento do inciso IV, do art. 1º, observada a disposição dos §§ 3º e 4º.*

*§ 3º A eventual diferença para mais entre o custo do financiamento contratado junto às instituições financeiras oficiais e o custo do financiamento, calculado na forma do inciso V do art. 1º, será absorvida pelo FUNDECON, mediante autorização de seu Conselho Deliberativo.*

*§ 4º Quando se tratar de projeto agropecuário será garantida a compensação da diferença a maior que for apurada entre os índices de atualização do financiamento do projeto específico e a variação do preço do produto, objeto do financiamento, assegurado, em qualquer caso, o valor inicial financiado.*

*Art. 4º .....*

*III - resolução do Conselho Deliberativo do FUNDECON, na hipótese do parágrafo único do art. 1º.*

*§ 2º A portaria de que cuida o inciso II do caput deste artigo deverá conter:*

*§ 3º A resolução de que cuida o inciso III do caput deste artigo deverá indicar, no mínimo:*

*I - a razão Social, endereço, CGC e inscrição estadual do contribuinte beneficiário;*

*II - a atividade econômica e natureza do projeto;*

*III - os prazos de carência e pagamento do financiamento e a*

*taxa de juros respectiva definidos para o projeto;*

*IV - o valor máximo a ser financiado.*

*Art. 7º .....*

*§ 1º Se o pedido de financiamento disser respeito ao previsto no inciso III, do art. 3º deverá ser encaminhado ao Secretário da Indústria, Comércio e Mineração e deverá conter:*

*I - razão social, endereço, CGC e inscrição estadual;*

*II - descrição físico-financeira do projeto e dos produtos nele envolvidos;*

*III - certidão negativa de débitos para com os fiscos estadual e federal;*

*IV - declaração de que não se encontra inadimplente em suas obrigações para com o Centro de Recursos Ambientais da Bahia.*

*§ 2º Os pedidos serão protocolizados na Repartição Fiscal da circunscrição do contribuinte, quando dirigido ao Delegado Regional da Fazenda Estadual e no Departamento de Indústria, quando dirigido ao Secretário da Indústria, Comércio e Mineração.”*

**Art. 2º** Revogado.

**Nota:** O art. 2º foi revogado pelo art. 6º do Decreto nº 7.738, de 30/12/99, DOE de 31/12/99, efeitos a partir de 31/12/99.

**Redação original, efeitos até 30/12/99:**

*“Nas operações de saída de mercadorias de produção própria promovidas por estabelecimento industrial inscrito sob os códigos de atividades econômicas abaixo, este lançará a crédito o valor correspondente a até 85% (oitenta e cinco por cento) do imposto destacado:*

*I - 10.41-1 fabricação de azulejos e pastilhas;*

*II - 24.21-6 fiação e fabricação de tecidos.*

*§ 1º O crédito presumido de que trata este artigo obedecerá ao seguinte:*

*I - só se aplica às operações próprias do estabelecimento não alcançando às operações relativas à substituição tributária;*

*II - seu lançamento constitui opção do estabelecimento em substituição à utilização de quaisquer créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços nas etapas anteriores;*

*III - o prazo de utilização será de até 10 (dez) anos.*

*§ 2º O percentual de crédito presumido e o prazo, previstos neste artigo, serão utilizados pelo estabelecimento de acordo com os quantitativos definidos em resolução do Conselho Deliberativo do Programa de Fomento do Desenvolvimento do Estado da Bahia – PROBAHIA.*

*§ 3º O tratamento tributário de que trata este artigo retroage ao dia 1º de outubro de 1997.”*

**Art. 3º** Juntamente com este Decreto e em decorrência das modificações

processadas através do seu artigo 1º, serão publicados os textos consolidados do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE, aprovado pelo Decreto nº 1.920, de 01 de março de 1993 e do Regulamento do Fundo de Defesa da Economia Baiana – FUNDECON, aprovado pelo Decreto nº 4.498, de 08 de agosto de 1995.

**Art. 4º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, em 01 de abril de 1998

**PAULO SOUTO**

Governador

Pedro Henrique Lino de Souza

Secretário de Governo

Rodolpho Tourinho Neto

Secretário da Fazenda

Luis Antonio Vasconcellos Carreira

Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia

Pedro Barbosa de Deus

Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

Jorge Khoury Hedaye

Secretário da Indústria, Comércio e Mineração

**TEXTO CONSOLIDADO, CONFORME ART. 3º, DO DECRETO Nº 7.271, DE 01.04.98**

**REGULAMENTO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO – FUNDESE**

**CAPÍTULO I  
DA FINALIDADE DO FUNDO**

**Art. 1º** O Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE tem por finalidade, nos termos da Lei nº 6.445 de 07 de dezembro de 1992, financiar programas de interesse do desenvolvimento econômico e social do Estado, observadas as diretrizes do Plano Plurianual.

§ 1º São considerados programas de interesse do desenvolvimento

econômico e social do Estado aqueles voltados ao setor privado da economia que visem beneficiar, sobretudo, as micro, pequenas e médias empresas, bem como as cooperativas, associações e produtores de bens e serviços.

§ 2º Para fins do disposto no parágrafo anterior, a classificação da empresa quanto ao porte terá por base a receita operacional líquida anual, como dispuserem as linhas operacionais de financiamento do Fundo.

§ 3º Para fins de financiamento as propostas de programas serão previamente encaminhadas a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC, para análise quanto à viabilidade e compatibilidade com as diretrizes do Plano Plurianual e posterior aprovação do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º Das propostas de programas deverão constar, dentre outros elementos, a justificativa, objetivos, área de atuação, beneficiários, condições de financiamento, bem como os setores a serem contemplados.

## **CAPÍTULO II**

### **DA CONSTITUIÇÃO DO FUNDESE**

**Art. 2º** O FUNDESE será constituído por recursos oriundos de:

**I** - dotações consignadas no Orçamento Fiscal do Estado;

**II** - principal e encargos financeiros de empréstimos concedidos à conta de seus recursos e os rendimentos de aplicações financeiras;

**III** - contribuições, doações, financiamentos e recursos provenientes de entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras;

**IV** - saldos decorrentes das aplicações de recursos realizados nos termos do Decreto nº 25321, de 30 de julho de 1976, alterado pelo Decreto nº 25.697, de 06 de junho de 1977;

**V** - outros recursos que lhe venham a ser destinados.

§ 1º Os recursos do FUNDESE só poderão ser utilizados após a sua discriminação em Plano de Aplicação aprovado pelo Governador do Estado, na forma da legislação pertinente.

§ 2º Os recursos de que trata o inciso I serão repassados para o FUNDESE pela Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, mediante solicitação do DESENBANCO, de acordo com o cronograma de desembolso conjuntamente estabelecido, respeitados os limites fixados no Plano de Aplicação referido no § 1º deste artigo, independentemente de outro instrumento formal.

§ 3º Os recursos de que trata o inciso IV ficam incorporados ao Fundo a partir de 1º de janeiro de 1993, nos valores apurados em balanço da instituição gestora levantado em 31 de dezembro de 1992.

### **CAPÍTULO III DA GESTÃO DO FUNDO**

**Art. 3º** O gestor financeiro do FUNDESE será o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A - DESENBANCO, que estabelecerá as respectivas linhas operacionais de financiamento, ouvida a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia.

**Parágrafo único.** O DESENBANCO fará jus a uma taxa de administração de 3% (três por cento) ao ano, calculada sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, assim entendido o saldo da conta Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento - FUNDESE, apropriada mensalmente.

**Art. 4º** O FUNDESE terá contabilidade própria, compatível com o sistema adotado pelo DESENBANCO.

**Parágrafo único.** Para efeito do disposto neste artigo o DESENBANCO promoverá os registros contábeis adequados em títulos específicos de seu plano de contas.

**Art. 5º** O DESENBANCO remeterá à Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, para fins de acompanhamento, relatórios trimestrais e anuais sobre as aplicações do Fundo.

### **CAPÍTULO IV DAS NORMAS DE FINANCIAMENTO**

**Art. 6º** O financiamento de programas com recursos do FUNDESE destina-se única e exclusivamente ao setor privado da economia e está sujeito, obrigatoriamente, ao pagamento de encargos financeiros.

**§ 1º** O financiamento de que trata este artigo não poderá ultrapassar o valor equivalente a até 90% (noventa por cento) do investimento total a realizar, por empresa/ano, observado o disposto nos parágrafos seguintes.

**§ 2º** No caso de implantação de indústria de veículos automotores, bicicletas e triciclos, inclusive seus componentes, partes, peças, conjuntos e subconjuntos - acabados e semi-acabados - pneumáticos e acessórios, informática, telecomunicações, química e transformação petroquímica ou projeto agropecuário, conforme disposto em regulamento, o financiamento obedecerá as seguintes condições:

**I** - prazo global de financiamento até 15 (quinze) anos;

**II** - carência de até 5 (cinco) anos;

**III** - pagamento do valor financiado em até 120 (cento e vinte) meses;

**IV** - incidência de taxa de juros de até 6% (seis por cento) ao ano, sem atualização monetária;

**V** - capitalização dos juros no período da carência.

**§ 3º** O limite previsto no § 1º não se aplica aos financiamentos concedidos a empresas dos segmentos industriais:

**I** - inscritas sob o códigos de atividade econômica 11.61-11 fabricação de ferragens, cadeados, fechaduras, dobradiças, ferrolhos, guarnições e congêneres;

**II** - indicados no parágrafo antecedente.

**Art. 7º** As condições de financiamento serão estabelecidas de acordo com a natureza e características de cada programa.

**§ 1º** Os empréstimos concedidos serão atualizados pelo critério legal adotado para atualização dos recursos originários do Fundo PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, excetuado o disposto no parágrafo seguinte.

**§ 2º** Os empréstimos concedidos a empresas de que cuida o inciso I, do § 3º do artigo antecedente obedecerá ao seguinte:

**I** - prazo global de financiamento até 10 (dez) anos;

**II** - prazo de carência 3 (três) anos;

**III** - incidência de taxa de juros de 3% (três por cento) ao ano, sem atualização monetária;

**IV** - pagamento do valor financiado em até 84 (oitenta e quatro meses);

**IV** - capitalização dos juros no período da carência.

**Art. 8º** Caberá ao DESENBANCO proceder à análise, contratação, liberação e acompanhamento dos projetos a serem financiados com recursos do FUNDESE, de acordo com as normas gerais adotadas pelo estabelecimento.

**Parágrafo único.** Os financiamentos, quando destinados às micros empresas e às pequenas unidades produtivas rurais, poderão ser operacionalizados pelo Banco do Estado da Bahia S/A-BANEB, através de acordos de repasses celebrados com o DESENBANCO.

## **CAPÍTULO V**

### **DA HABILITAÇÃO AO FINANCIAMENTO**

**Art. 9º** A empresa que pretenda habilitar-se aos recursos do FUNDESE deverá apresentar pleito ao DESENBANCO, em caráter formal, através de carta consulta simplificada e/ou projeto do empreendimento, cujos modelos serão fornecidos pelo Banco.

**Art. 10.** O enquadramento de cada operação obedecerá às características constantes dos programas, previamente aprovados pela SEPLANTEC.

**Art. 11.** Não serão habilitados aos financiamentos com recursos do



FUNDESE as empresas que apresentem restrições cadastrais ou estejam inadimplentes em suas obrigações com o Fundo, com o Fisco Estadual ou em relação à legislação e normas ambientais do Estado da Bahia.

## **CAPÍTULO VI**

### **DA CONTRATAÇÃO, LIBERAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DOS RECURSOS**

**Art. 12.** Habilitada ao financiamento, a empresa deverá apresentar a documentação exigida pelo DESENBANCO para efeito de contratação da operação de crédito.

**Art. 13.** A liberação dos recursos ao beneficiário do financiamento deverá resultar da análise técnica do DESENBANCO e na conformidade do cronograma de desembolso aprovado pela sua Diretoria.

**Parágrafo único.** Os valores das liberações serão atualizados com base no mesmo critério que for adotado para atualizar o saldo devedor do empréstimo.

**Art. 14.** Os pagamentos relativos ao financiamento, envolvendo amortização e encargos financeiros, serão efetuados em prestações de acordo com os prazos contratuais.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS GARANTIAS DO FINANCIAMENTO**

**Art. 15.** As garantias poderão ser constituídas, cumulativa ou alternativamente, de:

**I** - hipoteca;

**II** - alienação fiduciária;

**III** - caução de títulos;

**IV** - fiança bancária;

**V** - fiança, aval dos sócios ou de terceiros.

§ 1º Na hipótese dos itens I a III deste artigo, o valor da garantia deverá corresponder a, no mínimo, 130% (cento e trinta por cento) do financiamento concedido.

§ 2º Os itens constitutivos de garantia real deverão ser segurados em nome do DESENBANCO até o final da liquidação das obrigações do beneficiário.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 16.** A empresa beneficiada com recursos do FUNDESE obriga-se a:

**I** - utilizar os recursos oriundos da operação exclusivamente na realização do

projeto, na forma estabelecida no cronograma de Usos e Fontes;

**II** - facilitar o acesso ao DESENBANCO para ampla fiscalização da aplicação dos recursos destinados à execução do projeto, franqueando a seus representantes ou prepostos o livre acesso a qualquer documento ou registro contábil, jurídico ou de outra natureza, bem como a suas dependências, sob pena de vencimento antecipado do contrato e imediata exigibilidade da dívida.

**Art. 17.** O DESENBANCO obriga-se a utilizar todos os meios administrativos e judiciais para ressarcir ao FUNDESE as obrigações vencidas.

**Parágrafo único.** Comprovada a adoção, pelo DESENBANCO, de todos os meios cabíveis ao ressarcimento, o FUNDESE absorverá os prejuízos decorrentes da inadimplência das obrigações de que trata este artigo.

**Art. 18.** Qualquer alteração no projeto, em desacordo com os critérios de enquadramento estabelecidos para cada programa, deverá ser previamente submetido pela empresa ao DESENBANCO.

**Art. 19.** Na hipótese de extinção do FUNDESE, o seu patrimônio líquido reverterá à conta do Capital Social do DESENBANCO, como participação acionária do Estado da Bahia.

**Art. 20.** Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos conjuntamente pela Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia e o DESENBANCO.

## **TEXTO CONSOLIDADO, CONFORME ART. 3º, DO DECRETO Nº 7.271, DE 01.04.98**

### **REGULAMENTO DO FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA BAIANA - FUNDECON**

#### **CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS**

**Art. 1º** O Fundo de Defesa da Economia Baiana - FUNDECON, instituído pela Lei nº 6.404, de 21 de maio de 1992, e alterado pela Lei nº 6.861, de 01 de junho de 1995, tem os seguintes objetivos:

**I** - promover a equalização da carga tributária no campo de incidência do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de modo a preservar a capacidade de concorrência de setores econômicos deste Estado, quando a solução não puder ser alcançada via mecanismos tributários;

**II** - fomentar a manutenção da atividade econômica que esteja em processo de inviabilização, em razão de vantagens ou incentivos concedidos em outras Unidades da Federação;

**III** - garantir aos produtores rurais a compensação de eventuais diferenças entre índices de atualização de financiamentos específicos e a variação dos preços dos produtos agrícolas envolvidos, desde que os financiamentos sejam destinados à recuperação de lavouras afetadas por fatores endêmicos e epidêmicos e tenham sido contratados junto a instituições oficiais de crédito e amparados por programas oficiais.

**IV** - garantir as condições previstas no inciso seguinte aos financiamentos destinados a:

**a)** implantação, neste Estado, de unidades industriais de veículos automotores, bicicletas e triciclos, inclusive seus componentes, partes, peças, conjuntos e subconjuntos - acabados e semi-acabados - pneumáticos e acessórios;

**b)** projetos do setor agropecuário de relevante interesse para a economia baiana, de acordo com programas específicos instituídos para fomentar e estimular as atividades de industriais e produtores agropecuários e piscicultores, individualmente ou em grupo informal, suas cooperativas e associações;

**V** - os financiamentos concedidos na forma do inciso anterior obedecerão às seguintes condições:

**a)** prazo de carência de até 5 (cinco) anos;

**b)** incidência de taxa de juros de até 6% (seis por cento) ao ano, sem atualização monetária;

**c)** prazo de até 10 (dez) anos para pagamento de cada parcela financiada.

**Parágrafo único.** As condições de financiamento, previstas nas alíneas do inciso IV deste artigo, serão fixadas, caso a caso, em resolução do Conselho Deliberativo do FUNDECON considerando a relevância do projeto para a economia baiana.

## **CAPÍTULO II DA RECEITA DO FUNDO**

**Art. 2º** Os recursos do FUNDECON serão provenientes das seguintes fontes:

**I** - dotações fixadas no orçamento fiscal do Estado, limites definidos, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

**II** - receitas decorrentes da aplicação de seus recursos;

**III** - recursos de origem interna ou externa decorrente de financiamentos;

**IV** - outros recursos que lhe venham a ser destinados.

**Parágrafo único.** Fica facultado, mediante convênio, aporte de recursos para o Fundo, pelos municípios, em cujos territórios estejam localizados os

empreendimentos beneficiados.

## **CAPÍTULO III DO FINANCIAMENTO**

### **SEÇÃO I DAS NORMAS DE FINANCIAMENTO**

**Art. 3º** Os recursos do FUNDECON se destinam a financiamentos de curto prazo, visando assegurar o cumprimento dos seus objetivos, conforme se indica a seguir:

**I** - para atendimento do objetivo do inciso I do art. 1º, o financiamento será no montante equivalente ao dobro da diferença de carga tributária de ICMS a que tenham sido onerados, no mês anterior os contribuintes estabelecidos neste Estado, comparativamente com os seus concorrentes, contribuintes em outros Estados, e relativamente às mercadorias ou serviços e às operações ou prestações idênticas;

**II** - para atendimento dos objetivos do inciso II do art. 1º, o financiamento será no valor aprovado pelo Secretário da Indústria, Comércio e Mineração, com base em estudos de órgãos técnicos das Secretarias da Indústria, Comércio e Mineração e da Fazenda, conjunta ou individualmente.

**III** - para atendimento do inciso IV, do art. 1º, observada a disposição dos §§ 3º e 4º.

**§ 1º** A diferença de carga tributária será encontrada subtraindo-se, do valor total do imposto devido neste Estado - normal e antecipado, o valor que seria obtido nas mesmas operações se fosse aplicada a legislação tributária do Estado em que estejam localizados os contribuintes concorrentes.

**§ 2º** O financiamento será concedido mediante prévia garantia real ou fidejussória e deverá ser pago em uma única parcela.

**§ 3º** A eventual diferença para mais entre o custo do financiamento contratado junto às instituições financeiras oficiais e o custo do financiamento, calculado na forma do inciso V do art. 1º, será absorvida pelo FUNDECON, mediante autorização de seu Conselho Deliberativo.

**§ 4º** Quando se tratar de projeto agropecuário será garantida a compensação da diferença a maior que for apurada entre os índices de atualização do financiamento do projeto específico e a variação do preço do produto, objeto do financiamento, assegurado, em qualquer caso, o valor inicial financiado.

**Art. 4º** O financiamento concedido pelo Fundo será concretizado mediante a celebração de contrato entre o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A - DESENBANCO e o contribuinte beneficiado, obedecidas as disposições fixadas em:

**I** - ato declaratório expedido pelo Delegado Regional da Fazenda Estadual da circunscrição do contribuinte, na hipótese do inciso I do artigo anterior;

**II** - portaria do Secretário da Indústria, Comércio e Mineração, na hipótese do inciso II do artigo anterior.

**III** - resolução do Conselho Deliberativo do FUNDECON, na hipótese do parágrafo único do art. 1º.

**§ 1º** O ato declaratório previsto no inciso I deste artigo deverá conter:

**I** - Razão Social, endereço, CGC e Inscrição Estadual do contribuinte beneficiário;

**II** - descrição das mercadorias ou serviços e das operações ou prestações que ensejam a obtenção do benefício;

**III** - atestado de que:

**a)** há identidade entre as operações dos contribuintes deste Estado em relação às dos seus concorrentes localizados em outros Estados;

**b)** o contribuinte recolheu o ICMS do período, quando devido;

**c)** o contribuinte, em suas operações com as mercadorias ou serviços indicados no Anexo Único, pratica preços e qualidades semelhantes aos dos seus concorrentes de outros Estados;

**IV** - valor a ser financiado;

**V** - nome e qualificação da autoridade concedente.

**§ 2º** A portaria de que cuida o inciso II do *caput* deste artigo deverá conter:

**I** - Razão Social, endereço, CGC e Inscrição Estadual do contribuinte beneficiário;

**II** - descrição das operações ou prestações e das mercadorias ou serviços que ensejam a obtenção do benefício;

**III** - número do DAE comprovando o recolhimento do ICMS do período, quando devido;

**IV** - indicação de que:

**a)** o contribuinte, nas operações com seus produtos, pratica preços e qualidades semelhantes aos seus concorrentes estabelecidos em outros Estados;

**b)** a atividade está em processo de inviabilização, em razão de vantagens ou incentivos concedidos a empresas estabelecidas em outras Unidades da Federação;

**V** - valor a ser financiado.

§ 3º A resolução de que cuida o inciso III do *caput* deste artigo deverá indicar, no mínimo:

**I** - a razão Social, endereço, CGC e inscrição estadual do contribuinte beneficiário;

**II** - a atividade econômica e natureza do projeto;

**III** - os prazos de carência e pagamento do financiamento e a taxa de juros respectiva definidos para o projeto;

**IV** - o valor máximo a ser financiado.

**Art. 5º** Nos casos de operações em que o beneficiado tenha sido substituído, o recolhimento do ICMS será atestado tomando-se, como referência, a simples apresentação das notas fiscais de aquisição.

**Art. 6º** O atestado ou a indicação de que o contribuinte pratica preços e qualidades semelhantes aos de seus concorrentes de outros Estados será expedido tomando-se como referência, pesquisa executada por preposto da Fazenda Estadual ou certidão emitida por órgãos de defesa do consumidor.

**Art. 7º** O contribuinte encaminhará ao Delegado Regional da Fazenda Estadual, na hipótese do inciso I do art. 3º, e ao Secretário da Indústria, Comércio e Mineração, no caso do inciso II, pedido do financiamento, contendo:

**I** - Razão Social, endereço, CGC e Inscrição Estadual;

**II** - descrição das mercadorias ou serviços e das operações ou prestações que ensejam a obtenção do benefício;

**III** - comprovação ou demonstração da identidade entre as mercadorias ou serviços, operações ou prestações, relativamente às de contribuintes localizados em outros Estados;

**IV** - cálculo e comprovação do ônus adicional de ICMS relativamente à idêntica situação de contribuinte estabelecido em outro Estado;

**V** - certidão negativa de débitos para com o fisco estadual;

**VI** - declaração de que não se encontra inadimplente em suas obrigações para o Centro de Recursos Ambientais da Bahia.

§ 1º Se o pedido de financiamento disser respeito ao previsto no inciso III, do art. 3º deverá ser encaminhado ao Secretário da Indústria, Comércio e Mineração e deverá conter:

**I** - razão social, endereço, CGC e inscrição estadual;

**II** - descrição físico-financeira do projeto e dos produtos nele envolvidos;

**III** - certidão negativa de débitos para com os fiscos estadual e federal;

**IV** - declaração de que não se encontra inadimplente em suas obrigações para com o Centro de Recursos Ambientais da Bahia.

§ 2º Os pedidos serão protocolizados na Repartição Fiscal da circunscrição do contribuinte, quando dirigido ao Delegado Regional da Fazenda Estadual e no Departamento de Indústria, quando dirigido ao Secretário da Indústria, Comércio e Mineração.

## **SEÇÃO II DO PRAZO DE FINANCIAMENTO**

**Art. 8º** O prazo de financiamento será de 90 (noventa) dias, contados da data de liberação dos recursos.

## **SEÇÃO III DO DESCONTO**

**Art. 9º** O contribuinte que quitar o financiamento no prazo de vencimento, terá direito a um desconto, sobre o valor do débito, de até 50% (cinquenta por cento), a ser definido mediante Portaria da:

**I** - Secretaria da Fazenda, para os casos previstos no inciso I, do art. 3º;

**II** - Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, para os casos previstos no inciso II do art. 3º.

## **CAPÍTULO IV DAS GARANTIAS**

**Art. 10.** As garantias oferecidas pelo Estado da Bahia serão prestadas às instituições oficiais de crédito, nos financiamentos destinados à recuperação de lavouras afetadas por fatores endêmicos e epidêmicos, amparados por programas oficiais e observadas as recomendações do Conselho Deliberativo do Fundo de Defesa da Economia Baiana - FUNDECON.

**Art. 11.** As garantias corresponderão:

**I** - ao valor da diferença entre o montante da atualização monetária decorrente dos índices aplicados pelas instituições financeiras nas operações de crédito contratadas e o montante da atualização monetária destas mesmas operações de crédito, decorrente da aplicação do índice de variação do preço do produto da lavoura objeto do financiamento;

**II** - ao valor das operações que apesar de não perfeitamente ajustadas às normas dos agentes financeiros, sejam consideradas estratégicas para o controle da

epidemia ou endemia, respeitados os limites e as condições de enquadramento estabelecidos pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária.

§ 1º O Conselho Deliberativo do FUNDECON analisará exposições de motivos da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária propondo aplicação das garantias a serem prestadas pelo Estado, às instituições oficiais de crédito, observado o disposto neste artigo, bem como as disponibilidades do Orçamento Fiscal do Estado.

§ 2º O Conselho Deliberativo do FUNDECON comunicará a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária as condições de enquadramento do programa nas garantias.

§ 3º Para efeito de formalização das garantias junto às instituições oficiais de crédito de que trata a Lei nº 6.861, de 01 de junho de 1995 o Estado da Bahia será representado pelo Secretário da Fazenda, Presidente do Conselho Deliberativo do Fundo, ou por outro Secretário de Estado, membro do referido Conselho, de acordo com a legislação vigente.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS REGIÕES, DAS MERCADORIAS/SERVIÇOS E DAS OPERAÇÕES/PRESTAÇÕES, BENEFICIADAS**

**Art. 12.** As regiões, as mercadorias ou serviços e as operações ou prestações que ensejam a obtenção do benefício são:

**I** - para os casos previstos no inciso I, do art. 3º, as do Anexo Único;

**II** - para os casos previstos no inciso III, do art. 1º, as que vierem a ser definidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

## **CAPÍTULO VI**

### **DO CONSELHO DELIBERATIVO**

**Art. 13.** O Conselho Deliberativo do FUNDECON, constituído pelo Secretário da Fazenda, que o presidirá, pelo Secretário da Indústria, Comércio e Mineração e pelo Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, tem as seguintes atribuições:

**I** - deliberar sobre a habilitação para a concessão de garantias ou financiamentos;

**II** - declara a existência dos fatores ou condições previstas e decidir sobre a realização de programas oficiais, fixando para cada um deles, suas normas operacionais;

**III** - solicitar aporte de recursos;

**IV** - acompanhar, controlar e avaliar o desempenho das suas atividades;

**V** - receber, analisar e aprovar, quando for o caso, as propostas das instituições oficiais de crédito, referentes à execução das garantias prestadas, de acordo



com os termos, condições e prazos ajustados;

**VI** - adotar, após a aprovação das propostas para a execução de garantias, as medidas referentes à integralização dos recursos necessários, encaminhando ao gestor financeiro as informações referentes ao cumprimento das garantias.

**Art. 14.** Para cumprimento de sua competência, o Conselho Deliberativo contará com o apoio técnico da Secretaria Executiva, constituída de um representante designado pelo Secretário da Fazenda, que a dirigirá, dois representantes designados pelo Secretário da Indústria, Comércio e Mineração e de dois representantes da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, competindo-lhe:

**I** - prestar apoio técnico-administrativo ao Conselho, no âmbito de sua competência;

**II** - elaborar a programação financeira do Fundo, em sintonia com o DESENBANCO;

**III** - submeter aos Secretários da Fazenda, da Indústria, Comércio e Mineração e da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, relatório semestral de desempenho do Fundo;

**IV** - desempenhar outras tarefas que tenham sido atribuídas pelo Conselho Deliberativo.

## **CAPÍTULO VII DO GESTOR FINANCEIRO**

**Art. 15.** O DESENBANCO será o gestor financeiro do FUNDECON e formulará as normas operacionais a serem aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Fundo.

§ 1º O DESENBANCO fará jus à taxa de administração de 3% (três por cento) ao ano, calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo e apropriada mensalmente.

§ 2º O FUNDECON terá contabilidade compatível com o sistema adotado pelo DESENBANCO.

§ 3º O DESENBANCO remeterá ao Conselho Deliberativo relatórios trimestrais e anuais sobre as aplicações do Fundo.

§ 4º Na hipótese de extinção do FUNDECON, o seu patrimônio, após a devida avaliação, terá a seguinte destinação:

**I** - 50% (cinquenta por cento) do apurado será destinado à subscrição e integralização do capital social do DESENBANCO;

**II** - o remanescente reverterá ao Tesouro do Estado.

**Art. 16.** Fica o DESENBANCO autorizado a firmar convênio com entidades

financeiras oficiais visando à operacionalização do FUNDECON nas praças em que aquele banco de desenvolvimento não mantenha unidade operacional.

**Art. 17.** Caberá ao DESENBANCO:

**I** - aprovar e contratar os financiamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data em que o contribuinte tiver sua situação cadastral regularizada;

**II** - efetuar a administração financeira dos recursos disponíveis, capitalizando a favor do FUNDECON os ganhos de capital obtidos;

**III** - integralizar ao FUNDECON, 2 (dois) dias após o pagamento, os valores decorrentes de quitação de parcelas financeiras;

**IV** - cumprir as resoluções emanadas do Conselho Deliberativo.

## **CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 18.** Na hipótese da inadimplência no cumprimento das obrigações ou constatada qualquer irregularidade, inclusive de natureza fiscal, contratual ou regulamentar, o débito será considerado vencido e os encargos financeiros passarão a ser iguais aos praticados pelo DESENBANCO nas suas operações em situação de inadimplemento, ficando a empresa suspensa de operar com os recursos do FUNDECON até deliberação do Conselho Deliberativo do FUNDECON.

**Art. 19.** Nos casos de inadimplemento, serão adotadas as seguintes providências:

**I** - caberá ao DESENBANCO desenvolver todos os esforços de cobrança, inclusive judicialmente, se necessário;

**II** - na hipótese de não pagamento, os prejuízos decorrentes serão compensados à conta do FUNDECON, inclusive os gastos incorridos na demanda judicial.

**Art. 20.** Poderá o contribuinte antecipar a qualquer época o pagamento do saldo devedor do empréstimo, assegurando-lhe o desconto previsto no art. 10.

**Art. 21.** Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo do FUNDECON o qual poderá, inclusive, expedir as normas complementares que julgar necessárias.